

BOLÍVIA: CULTURA, POLÍTICA E PROTAGONISMO INDÍGENA (ANOS 2000)

*Marcos Luã Freitas**

Resumo: As lutas sociais nos anos 2000 na Bolívia são exemplos do fortalecimento, na cultura política das populações indígenas, do papel que possuem como agentes de mudança em sua sociedade, e da força de uma identidade étnica como um dos instrumentos de coesão. Nestes anos, o movimento indígena travou diversas lutas por autonomia política/administrativa, reconhecimento étnico, melhores condições de vida, acesso aos espaços de decisão, que transformaram a forma do Estado boliviano, principalmente com a nova Constituição Política aprovada em 2009, que estabelece o Plurinacionalismo. Este trabalho examina as lutas sociais com alcance nacional nesse período, como as Guerras da Água e do Gás na perspectiva de que esses eventos fazem parte de um processo amplo de (trans)formação da cultura política indígena.

Palavras-chave: Cultura política; Indígenas; Bolívia.

Abstract: The social struggles in the 2000s in Bolivia, are examples of strengthening, in the political culture of indigenous peoples, of the role they have as change agents in their society, and the strength of an identity ethnic as an instrument of cohesion. In recent years, the indigenous movement waged several struggles for political and administrative autonomy, ethnic recognition, better living conditions, access to decision-making, which transformed the shape of the Bolivian state, especially with the new Constitution approved in 2009 establishing the Plurinationalism. This paper examines the social struggles with greater national reach that period, as the Wars of Water and Gas (in the 2000's) in a perspective that these events are part of a wider process of (trans)formation of indigenous political culture.

Keywords: Political Culture; Indigenous; Bolivia.

Introdução

Os anos 2000 foi um período intenso no cenário político boliviano. Marchas indígenas, deposições de presidentes, lutas sociais contra mudanças estruturais, eleição de um índio para a presidência, promulgação de uma nova constituição. Estes são eventos de um processo mais amplo de (trans)formação política, tanto nos movimentos sociais e partidos políticos, quanto nos espaços institucionais. “Fue el llamado ‘ciclo rebelde’: 2000-2005. Ciclo que, además de culminar con la elección de un Presidente indígena, quitó preeminencia a una política neoliberal” (CHIHUAILAF, 2008, p. 34).

Neste período, podemos perceber a influência de um movimento indígena que se baseia em características étnicas como produtora de unidades. A força que possuem

* Mestrando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina.

movimentos como o *cocalero*¹, advém dessa identidade étnica construída desde os anos 1970 com pensamentos como o indianismo e o katarismo.

Essa importância dos elementos de etnicidade e de ancestralidade reflete-se no fato de que a própria organização e as estratégias práticas de ação coletiva dos movimentos sociais de caráter étnico-originário na Bolívia são fortemente influenciadas pelos modos de viver tradicionais dos povos originários andinos [...] (COSTA, 2011, p. 12).

A partir dos anos 1960, os discursos e as práticas políticas dos movimentos indígenas são construídos levando em consideração a etnicidade. Até este período, as organizações indígenas articulavam-se por meio de uma identidade de classe, cuja formulação adquiriu preponderância política no primeiro governo de Paz Estenssoro, na década de 50 (durante a Revolução Boliviana de 1952), com a criação do Ministério de Assuntos Camponeses e de um projeto de integração efetiva dessas populações à nação. Desde então, os indígenas utilizam o termo camponês cotidianamente para descreverem-se. Porém, principalmente nos anos 1970, a etnicidade passa a ser uma das principais articuladoras e fomentadoras da identidade e da coesão do movimento indígena, tornando-se ela própria uma pauta de reivindicação: reconhecimento étnico.

As mudanças implementadas pela Revolução de 52, como a educação formal para as populações ditas camponesas, acabou permitindo que dezenas de indígenas pudessem chegar às universidades, ainda que o acesso permanecesse restrito à maioria. A partir disso, formou-se uma intelectualidade indígena, fortemente ligada a seus lugares e povos de origem, que passou a estudar a história da Bolívia na perspectiva desses povos, fomentando um pensamento acerca da etnicidade, da raça e da história de lutas anticoloniais.

Los aymaras con más experiencia urbana y con mejor conocimiento del mundo q'ara² viven más intensamente las contradicciones diacrónicas no superadas por la revolución de 1952 y son proclives a reivindicar la identidad india por encima de la identidad campesina y la memoria larga como fuente de legitimidad más importante que la memoria corta (CUSICANQUI, 1986, p. 158).

Intelectuais indígenas como Fausto Reinaga³, são a base teórica da construção dos discursos de identidade étnica do movimento indígena a partir da década de 1960. Essa identidade é construída sobre traços físicos comuns e, principalmente, sobre uma história comum. De um lado, a história pré-colonial é transformada em *história comum* pelo suposto pertencimento ao Império Inca dos diversos grupos indígenas – o Império Inca desde este momento é idealizado como um período sem males em contraposição à Europa –, de outro, a história colonial mostra-se como *história comum*, pois trouxe os mesmos prejuízos para as

¹ *Cocaleros*: Produtores de folha de coca concentrados nas regiões dos vales dos departamentos de La Paz e Cochabamba.

² Q'ara ou k'ara: termo pejorativo *aymara* que designa o branco/mestiço.

³ Foi um economista, crítico-literário e militante indígena. Abandonou o marxismo e passou a escrever sobre indígenas na década de 1960.

diversas sociedades indígenas, notadamente as do altiplano⁴ andino, ainda que os efeitos da colonização tenham sido sentidos em períodos diferentes e com intensidades diferentes. Além disso, os episódios de resistência ao colonizador são exemplos dessa historicidade indígena. Fausto Reinaga cria as conexões necessárias entre história, símbolos, raça e etnicidade, para fazer uma defesa intransigente da grandeza, da força e da independência do índio frente ao branco/mestiço.

Reinaga é o pensador do indianismo, proclamado por ele como, ao mesmo tempo, filosofia e religião, um pensamento teórico e prático que nortearia a vida dos indígenas bolivianos e que seria uma “mensaje de vida para todos los pueblos de la tierra” (REINAGA, 1971, p. 121), ainda que contenha um pensamento marcadamente antiocidental. Com este princípio – que toma as diferenças de raça⁵ (como quer Reinaga) como a base para a construção de uma sociedade mais justa para os povos originários⁶ da Bolívia – o movimento indígena construiu discursos que consolidaram pautas e lutas, criando uma possibilidade de coesão entre os movimentos através da identificação mútua.

No mesmo período do indianismo reinaguista, surge outro pensamento também ligado às questões de identidade étnica: o *Katarismo*. Esse pensamento que acaba se tornando um movimento e que gerou partidos (como o *Movimiento Revolucionário Tupak Katari* - MRTK) e organizações armadas (como o *Ejército Guerrillero Tupak Katari* – EGTK), surgiu entre estudantes universitários *aymaras* da *Universidad Mayor de San Andrés* (UMSA) em La Paz (novamente como resultado do acesso à educação formal advinda com a Revolução de 52), que resgataram a figura de *Tupak Katari*⁷ como um exemplo da história de lutas dos povos indígenas bolivianos. Mais do que isso, a lendária frase de *Katari* quando da sua execução: “*A mi solo me matarán, pero mañana volveré y seré millones*”, tornou-se uma espécie de profecia que anunciava a retomada posterior das lutas indígenas.

El movimiento katarista del Altiplano aymara expresa estas contradicciones, que ponen en evidencia el fracaso del proyecto de homogeneización cultural del MNR. Es por ello que el katarismo extrae sus reivindicaciones del pasado indio prehispánico y colonial, de su autopercepción como mayoría oprimida cuyos intereses no fueron representados sino suplantados por los partidos criollos. La percepción de la continuidad colonial revela el predominio de la memoria larga

⁴ Região dos Andes que compreende a parte ocidental da Bolívia, caracterizada por planícies em altitudes acima de 3700 metros, onde se localiza a maior parte da população do país, predominantemente indígena.

⁵ Reinaga reivindica a definição de raça de uma declaração produzida por uma reunião de especialistas em raça em Paris, na UNESCO, em setembro de 1967, que basicamente indica os caracteres físicos como constituintes das raças humanas, entretanto, sem considerar quaisquer tipos de hierarquias entre elas. Porém, em seu discurso de exaltação do índio, Reinaga acaba criando uma hierarquia e uma dicotomia entre índios e brancos. Não pelas características físicas, mas culturais. Reinaga utiliza as características culturais como constituintes da raça. Por exemplo, quando define o índio como sujeito comunitário por suas formas de organização social: “El índio es un hombre, y un hombre mejor que el de Europa. ¿Y, por qué? Porque no es individualista; el índio es socialista. El índio no es propiedad privada; es la *comunidad*” (REINAGA, 1971, p. 53, grifo do autor).

⁶ “Povos originários” é o termo utilizado atualmente para designarem-se as populações indígenas em substituição ao termo índio. “En Bolivia, concretamente, muchos han optado por autodenominarse como *originarios* porque este nombre les dice algo muy positivo sin las cargas negativas de otras expresiones” (ALBÓ; BARRIOS SUELVA, 2006, p. 48, grifo do autor).

⁷ Tupak Katari foi um chefe indígena *aymara* que liderou um exército indígena contra o império espanhol no final do século XVIII, sitiando La Paz, sendo derrotado após ser traído.

sobre la memoria corta y es fuente de identidad política autónoma, que no admite suplantación (CUSICANQUI, 1986, p. 158).

Esses dois pensamentos (indianismo e katarismo) entraram no cenário da política boliviana na construção de uma cultura política indígena diferente daquela que se construía desde a Revolução Boliviana de 1952. A cultura política formulada em 52 tentava integrar as populações indígenas ao projeto da Nação na condição de camponeses, portanto, sob uma identidade que não considerava as diferenças étnico-culturais entre a população branca (idealizadora do projeto) e a população originária; de modo a afirmar uma identidade camponesa que invisibilizava e desconsiderava as características próprias dessas populações em favor de práticas ocidentais. Reinaga chama de indigenismo esse pensamento assimilacionista que busca “integrar” o índio à forma ocidental de sociedade, seja no campo da política ou da cultura.

El indigenismo fue un movimiento del cholaje⁸ blanco-mestizo; en tanto que el indianismo es un movimiento indio, un movimiento indio revolucionario, que no desea asimilarse a nadie; se propone, liberarse. En suma, indigenismo es asimilación, integración en la sociedad blanco-mestiza; a diferencia de esto el indianismo es: el indio y su Revolución (REINAGA, 2001, p. 136).

E mais: “El problema del indio no es de asimilación; es de liberación. No es un problema de clase (clase campesina), es problema de raza, de espíritu, de cultura, de pueblo, de Nación” (REINAGA, 2001, p. 142).

O que está em jogo nas construções discursivas sobre o índio desde a década de 60, a partir dos movimentos sociais e dos intelectuais, é a formulação de uma história comum, a construção de símbolos e ritos próprios dos grupos indígenas, no sentido de identificar as diversas etnias em torno de figuras indígenas exemplares comuns (Tupak Katari, Bartolina Sisa⁹, etc) e, principalmente, a formulação de uma forma específica de luta social cuja organização formal segue os padrões comunitários, que a percepção coletiva vê como tradicionais. A partir da década de 1960, constroem-se discursos de alteridade para transformar a posição subalterna que o índio vivia desde o início da colonização. Assim diz o Primeiro Manifesto de Tiawanaco de 1973¹⁰: “Queremos que se superen trasnochados paternalismos y que se deje de considerarnos como ciudadanos de segunda clase. Somos extranjeros en nuestro propio país”.¹¹

Enfim, o que se está (trans)formando desde a década de 60, é a cultura política, entendida como:

⁸ *Cholaje*: grupo de pessoas de descendência indígena que, casaram-se com pessoas de outro grupo social ou étnico. O indivíduo nessa condição chama-se *cholo*.

⁹ Bartolina Sisa foi esposa de Tupak Katari e liderou os exércitos sitiadores de La Paz em 1871, junto com seu marido.

¹⁰ O Manifesto de Tiawanaco de 1973 foi o primeiro documento político publicado pelo que depois se configuraria como Movimento Katarista na cidade de Tiawanaco, explicitando a opressão cultural sofrida que coloca os povos indígenas em condição de subalternidade. Um segundo Manifesto foi publicado em 1977.

¹¹ Manifesto disponível na íntegra em: HURTADO, 1986, p. 303 *et. seq.*

[...] um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como a vêem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante (BERSTEIN, 1998, p. 350-351).

O uso do conceito de cultura política neste trabalho é importante para se perceber “como as ações políticas podem ser determinadas por crenças, mitos, ou pela força da tradição” (MOTTA, 2009, p. 22).

As “Guerras” da Água e do Gás

As Guerras da Água e do Gás foram eventos que mobilizaram uma grande parte da população (senão toda) das cidades centrais nos conflitos: Cochabamba para a Guerra da Água em 2000 e El Alto e La Paz para a Guerra do Gás em 2003 e segunda Guerra da Água em 2004. Não se pode dizer que esses foram movimentos indígenas, mas os principais discursos de luta contra as ações do governo estavam ligadas a pautas dos povos indígenas das cidades e do campo.

Os usos e costumes ligados à captação, distribuição e utilização da água foram dois dos principais argumentos contrários aos contratos de privatização dos serviços de água e esgoto. Para o caso do gás, o discurso indígena está ligado à proteção dos recursos naturais hidrocarboníferos em prol da melhoria das condições de vida da população (de maioria indígena) em todo o país. Além disso, esse movimento relaciona-se ao descompasso que existia entre o governo neoliberal e os movimentos sociais, com forte caráter indígena, que não se viam representados nas instituições de poder e no governo, ainda que existissem muitos parlamentares indígenas, como o próprio Evo Morales que no período da Guerra do Gás era deputado. A Guerra da Água em 2000 criará uma situação favorável ao desenvolvimento posterior de outros conflitos sociais.

A Guerra da Água

A Guerra aconteceu no ano 2000 quando o consórcio “*Aguas del Tunari*”¹² recebeu a administração dos serviços de água e esgoto da região de Cochabamba. Essa medida era parte

¹² Única empresa que se apresentou para a disputa da concessão. Era um consórcio “[...] conformado por International Water U.K. (subsidiária a su vez de Bechtel) con un 55% de las acciones, Abengoa de España con

de um processo de mudanças na legislação sobre água e esgoto, a conhecida “*Ley del Agua*”, seguindo orientação do Banco Mundial cujo entendimento era de que a água, como recurso escasso, deveria ser fornecida sem subsídios, ou seja, deveria ser cobrado por ela o custo total para sua provisão. As tarifas de água foram paulatinamente aumentadas (para capitalização da empresa) e as diversas formas de captação de água foram proibidas, sendo permitida apenas a utilização dos serviços da empresa concessionária.

É importante indicar que as zonas periféricas e rurais de Cochabamba não possuem, ainda hoje (e ainda menos naquele período), fornecimento regular de água por meio da empresa responsável:

[...] apenas el 50% de la población urbana tiene acceso al sistema público de distribución de agua potable, por tanto aproximadamente el 35% se ha organizado en cooperativas, asociaciones, comités de agua, y un 15% se aprovisiona a través de carros cisterna (“aguateros”) u otros medios alternativos (CRESPO F., 2000, p. 21).

As formas comunitárias de captação, distribuição e uso da água, muito presentes, principalmente no meio rural, foram impedidas pelo contrato de concessão que previa a exclusividade da empresa “Aguas del Tunari” inclusive sobre esses sistemas autônomos de águas. De modo que:

En esos días, una serie de movilizaciones y protestas consiguieron la eliminación de un contrato del servicio de agua potable lesivo a los intereses de la población y lograron la modificación de una Ley que amenazaba esfuerzos colectivos en la construcción y mantenimiento, usos y propiedad consuetudinaria de sistemas de provisión de agua (VARGAS; KRUSE, 2000, p. 7).

Como recurso natural básico, a água, era o mínimo necessário para a manutenção de diversas comunidades agrícolas nas zonas rurais. Sua privatização, além de constituir um golpe contra as finanças dessas populações (pelo aumento de tarifas) mostrou-se uma forma mais de desagregação da estrutura de uso comunitário dos recursos naturais, mantidos pelas populações indígenas como forma de coesão social e manutenção da própria comunidade. Isso caracteriza uma forma de minar a sobrevivência das comunidades dentro de seus padrões de organização baseados na consuetudinarietà.

La capitalización y el proyecto de ley del agua [...] venía a crear monopolios legales del usufructo mercantil del recurso agua en territorios de economía y cultura agraria donde se producía y vivía la articulación y continuidad de naturaleza y vida social en términos de control colectivo y comunitario de los recursos y de sí mismos (TAPIA, 2000, p. 4).

Uma nova Guerra da Água, desta vez em El Alto e La Paz, em 2003, também foi travada devido à privatização do serviço de água e esgoto. Novamente, as organizações sociais indígenas lutaram contra o desmantelamento de sua forma de vida, obtendo novo

un 30%, y el resto por empresas bolivianas, una de ellas vinculada con el gobierno [...]” (CRESPO F., 2000, p. 22).

êxito: mudança na lei e fim do contrato. Esse novo episódio foi, de certa forma, uma continuação da Guerra de Cochabamba, pois teve como protagonistas, de um lado o governo com sua “*Ley del Agua*”, e de outro os movimentos indígenas com suas formas culturais de lidar com esse recurso natural indispensável. O Comunicado n. 6 da “*Coordinadora Departamental de Defensa del Agua y de la Vida*” de Cochabamba (ou simplesmente “*La Coordinadora*”¹³), do dia 15 de janeiro de 2000, deixa claro o caráter de luta pela água como defesa cultural, na medida em que seus usos e costumes serão diretamente afetados:

[...] todos los pozos, infraestructura de riego y fuentes de agua [...], quedan fuera de la intervención de Aguas del Tunari y somos nosotros quienes seguiremos utilizando y decidiendo sobre el Agua según *nuestros usos y costumbres* (OSAL, 2000, p. 50, Grifo meu).

[...] en todas partes existen sistemas de riego y consumo de agua basados en *prácticas tradicionales* que están siendo agredidos por la privatización y dolarización que permitía la Ley de Agua Potable antes de la lucha (OSAL, 2000, p. 50, grifo meu).

Os usos e costumes referidos nas citações, dizem respeito ao uso e ao direito coletivo sobre a água. Este recurso natural, nas comunidades, é obtido para o usufruto das populações integrantes da comunidade, servindo para a manutenção das famílias, da lavoura e dos animais. Portanto, a privatização da água criou uma insegurança nessas populações, pois perderam um recurso básico para a sobrevivência individual e comunitária.

É preciso deixar claro que muitas organizações envolvidas no episódio da Guerra da Água em Cochabamba eram de produtores de coca (*cocaleros*), que vinham sendo atacadas pelas políticas estatais, junto com os Estados Unidos, no intuito de eliminar as plantações de coca. A privatização da água para rega foi entendida como uma forma mais de agressão às comunidades produtoras, criando ainda mais motivos para um enfrentamento. A produção da folha da coca vinha sendo desestimulada pelo governo com programas de substituição das plantações do arbusto de coca por cultivos de gêneros alimentícios – com um grave déficit em recursos financeiros e técnicos –, ou violentamente eliminada pela ação do Exército e da Polícia Nacional boliviana, em conjunto com agentes do Departamento Antidrogas dos Estados Unidos (DEA). O problema da água juntou-se ao descontentamento geral das comunidades que lutavam pelo reconhecimento da folha de coca como patrimônio cultural dos povos indígenas andinos. Lutar pela água representava lutar pela coca, que por sua vez representava a cultura indígena.

¹³ Entidade civil que “aglutinó inicialmente al Comité de Defensa del Agua y la Economía Familiar, conformado por un grupo de ambientalistas y profesionales (que después sería el brazo técnico de la Coordinadora), los Regantes, la Federación de Fabriles, los maestros urbanos y rurales, universitarios y otros. Los dos primeros fueron los que inicialmente analizaron las implicaciones de la concesión y la Ley. A partir de noviembre, la Coordinadora lideró las acciones, sumándose las Federaciones de Colonizadores del Chapare, y luego contó con el apoyo importante de la Federación del Transporte Interdepartamental” (VARGAS; KRUSE, 2000, p. 11).

A Guerra do Gás

A luta pela água, como luta pela soberania dos povos na sua forma de lidar com os recursos naturais de seus territórios, acaba por inserir no movimento indígena na luta pela terra e pelo território, uma vez que a cultura dessas populações está baseada sobre os aspectos e condições naturais que permitem a coesão e o desenvolvimento social. A vida social dessas comunidades, principalmente no campo, está diretamente ligada com suas formas de lidar com os recursos, primariamente a água. Neste novo cenário, a luta pelos recursos naturais vai se estender para outros itens, como o petróleo e o gás natural, entendidos como essenciais para o desenvolvimento social nacional, sendo encarados como intrínsecos à terra e ao território, portanto, recursos que devem ser preservados e utilizados em benefício daqueles que são os donos da terra, os bolivianos, em sua maioria indígenas. O *Movimiento al Socialismo – Instrumento Político pela Soberanía de los Pueblos* (MAS-IPSP), partido do atual (2012) presidente Evo Morales, foi o partido que surgiu e se fortaleceu com as lutas indígenas nesses anos. Este partido

[...] emerge como un nuevo nacionalismo indígena-plebeyo, que resignifica a la lucha nacional como una lucha por la tierra y el territorio, y pone en un lugar destacado la defensa de los recursos naturales, cuya dinámica ha dominado los enfrentamientos sociales en Bolivia a partir de 2000, desde la “guerra del agua” hasta la “guerra del gas” (STEFANONI, 2002, p. 36).

Desta maneira, a Guerra do Gás foi um movimento que podemos caracterizar de duas formas básicas: 1) luta pela soberania nacional sobre os recursos naturais e 2) uma luta contra um governo que não tinha legitimidade junto à maioria da população. Ao mesmo tempo em que o movimento indígena, de uma forma geral, não reconhecia o governo, eleito com 22,45%¹⁴ dos votos, ele lutava em favor da soberania nacional, pela terra e pelo território, se opondo à venda do gás boliviano, através dos portos chilenos, aos Estados Unidos.

Para o movimento indígena, principalmente do altiplano, a venda do gás para os Estados Unidos por meio do Chile era uma afronta aos interesses nacionais, pois beneficiava ao mesmo tempo o Chile (rival desde a Guerra do Pacífico (1879-1883) quando a Bolívia perdeu sua saída ao mar) através dos impostos gerados pelo uso dos portos, e os Estados Unidos (mal visto pelos movimentos indígenas por sua política intervencionista nos assuntos internos bolivianos e, principalmente, pelo programa de erradicação do cultivo da coca, já citado) pelo baixo preço do gás.

O discurso anti-Chile, foi importante para esse momento, pois aglutinava o pensamento nacionalista da classe média boliviana ao pensamento dos movimentos sociais, sob uma pauta comum de defesa da soberania nacional, ainda que com objetivos diferentes entre as partes. Para os movimentos indígenas, o mais importante era o uso dos recursos para

¹⁴ Até 2008, a eleição presidencial ficava a cargo do Congresso Nacional caso nenhum dos candidatos conseguisse maioria nas eleições. Notícia: Bolívia confirma vitória de Sanchez de Lozada nas eleições presidenciais. Agência Brasil – Empresa Brasileira de Comunicações/CNN. 06/07/2002. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2002-07-06/bolivia-confirma-vitoria-de-sanchez-de-lozada-nas-eleicoes-presidenciais>>.

o desenvolvimento das populações mais pobres, para a classe média nacionalista, o mais importante era não utilizar os recursos nacionais para beneficiar um inimigo de longa data que transformou a Bolívia num país mediterrâneo. O discurso de defesa do litoral boliviano, embutido na luta contra a exportação via Chile, já vinha sendo repetidamente incorporado nos documentos públicos do *Katarismo*, por exemplo, no Segundo Manifesto de Tiawanaco de 1977, onde se pode ler:

Bolivia nació a la vida independiente con más de tres millones de kilómetros cuadrados de superficie territorial, los cuales heredamos de nuestros antepasados; por guerras injustas quienes dirigían los destinos de este país, por diversas circunstancias aún no bien aclarados, cedieron a nuestros vecinos más de la mitad de su extensión y entre ellas se nos arrebató nuestros puertos marítimos, a los cuales nosotros los campesinos¹⁵ constituyéndonos en una fuerza activa viva del país, jamás de los jamases vamos a renunciar, ni aceptamos ningún tipo de canjes territoriales que propugnan ciertos grupos empujados por intereses de las grandes empresas transnacionales, que sólo busca economías en beneficio propio.¹⁶

Essa política de exportação do gás boliviano, parte do processo neoliberal implantado por Sánchez de Lozada na década de 1980 – quando era ministro do planejamento no governo de Víctor Paz Estenssoro, junto com o histórico de lutas sociais (predominantemente indígenas) contra o neoliberalismo, expressa pela Guerra da Água três anos antes, acabou por criar uma enorme tensão.

A população da Bolívia, principalmente da cidade de El Alto (vizinha à sede do poder), formada majoritariamente por indígenas *aymaras*, “fechou” a capital e as maiores cidades do país por meio do bloqueio das estradas (prática comum num país como a Bolívia com poucas opções de estradas de uma cidade para a outra), e sofreu diversos ataques da Polícia e do Exército. Esse conflito “provocó la caída y huida del país de Gonzalo Sánchez de Lozada con un saldo de más de 60 muertos” (STEFANONI, 2002, p. 37). Apesar das perdas humanas, o movimento social, principalmente indígena, obteve um saldo importante no que diz respeito ao fortalecimento de suas organizações e de suas práticas. Foram essas lutas que permitiram, mais à frente, a eleição de um indígena para a presidência e a escrita de um novo texto constitucional. Foram essas conquistas que permitem ainda hoje uma constante mobilização social indígena que vem ameaçando governos desde então.

Considerações finais

Como indica Arauco Chihualiaf, esse “ciclo rebelde” não se constitui apenas das duas guerras estudadas de forma sucinta anteriormente, ele é composto por uma série de marchas e

¹⁵ Neste momento, ainda era comum o uso do termo “camponês” para falar das populações indígenas. Uma hipótese para a manutenção desse termo neste período é que esses manifestos são produtos de organizações basicamente urbanas e, portanto, era necessário um termo que dialogasse com a cultura política das populações rurais, muito influenciadas pelo pensamento do MNR desde 1952.

¹⁶ Manifesto disponível na íntegra em: HURTADO, 1986, p. 307 *et. seq.*

mobilizações sociais que levaram o movimento indígena ao posto de protagonista no cenário político boliviano destes últimos anos, “pois ainda que esses acontecimentos tenham mobilizado diferentes atores sociais, foi o movimento ‘indígena’, onde se concentram 65% dos bolivianos que vivem na pobreza, que canalizou a maioria do descontentamento” (GUTIERREZ, 2007, p. 53).

Nestes anos, as pautas indígenas (como o reconhecimento étnico, a autonomia comunitária, a propriedade coletiva das terras) foram incorporadas mesmo em partidos tradicionais, pois ficou claro que a população majoritária no país já não se via representada tanto por aqueles partidos de direita como o MNR (de Sánchez de Lozada), quanto por partidos de esquerda em que os aspectos culturais eram deixados de lado em prol de uma identidade de classe. Desde a década de 1960, os partidos políticos já eram denunciados como alheios às causas indígenas; nesse sentido, Reinaga propunha a formação de um partido índio, que logo se concretizou em *Partido Indio de Bolivia* (PIB) entre 1966 e 1969, assim como surgiram outros já citados, de tendência katarista. Reinaga deixa clara a divergência com os partidos tradicionais, que depois desta década, passaram a ser menores pela incorporação das pautas indígenas:

La izquierda nacional, dando las espaldas a la realidad histórica del indio, quiere por fuerza en su personalidad encajar otra personalidad: la del “campesino europeo”. El indio no es una clase social y económica, y como tal parte indesligable de una Nación y de un Estado. El indio no es parte del metafísico Ser Nacional mestizo. Es todo lo contrario: el indio es una realidad histórica aparte de la realidad mestiza-europea; no es una clase social-económica de una sociedad compacta y organizada; el indio es una raza, un pueblo, una historia, una cultura, una Nación. El indio no es parte componente del larvado Ser Nacional mestizo, que después de todo se halla aún en crisálida; el indio es el Ser Nacional milenario, enraizado (sic), erguido y eterno como los nevados Andes (REINAGA, 1971, p. 123).

Após os conflitos dos últimos anos, é possível identificarmos uma mudança contundente na cultura política dos movimentos indígenas. Saindo de uma formulação classista – cuja história comum estava ligada à história universal por meio do pertencimento a uma classe explorada – essa cultura política está sendo forjada sobre a etnicidade (que dá coesão aos movimentos indígenas), a valorização dos *ayllus* (ou comunidades) como células primordiais de organização junto com os sindicatos camponeses, a soberania da terra e do território, o reconhecimento cultural, a necessidade de ter seus próprios representantes nas esferas de poder, o uso de símbolos comuns como a *Whipala*¹⁷ e a valorização de heróis como Tupak Katari, Bartolina Sisa e Zárate Willka.¹⁸ A história comum, como dito no início deste

¹⁷ Bandeira quadriculada de origem *aymara* que foi incorporada como símbolo, principalmente pelas populações *aymara* e *quechua*.

¹⁸ Pablo Zárate Willka foi um líder indígena que lutou na guerra civil entre liberais e conservadores (1898-1899), ao lado dos liberais, mas acabou se revoltando contra ambos os lados com objetivos autônomos. “La rebelión de Willka, fue quizás la última rebelión india autónoma del período republicano. En ella, las poblaciones aymara y quechua se comportaron como una nación dentro de otra nación, expresando en su enfrentamiento abierto contra la minoría criolla dominante la ideología y la práctica de una lucha anticolonial” (CUSICANQUI, 1985, p. 150).

trabalho, é a história dos explorados, porém, não mais enquanto classe, mas sim enquanto grupos étnicos originários.

Referências

ALBÓ, Xavier; BARRIOS SUELVA, Franz X. **Por una Bolivia plurinacional e intercultural con autonomías**. La Paz: IDH - PNUD, 2006. Disponível em: <http://idh.pnud.bo/usr_files/informes/nacional/INDH2007/documentos/BoliviaPluriInterConAutonomiasAlboBarrios.pdf>. Acesso em: 23/06/2012.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: SIRINELLI, Jean-Françoise; RIOUX, Jean-Pierre (org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

CHIHUAILAF, Arauco. Los indígenas en el cenário político-social boliviano del siglo XX. **Sociedad y Discurso**. Revista del Departamento de Lengua y Cultura de la Universidad de Aalborg. n. 14, Aalborg, p. 33-54, 2008. Disponível em: <http://vbn.aau.dk/files/62723334/SyD14_chihuailaf.pdf>. Acesso em: 6/03/2012.

COSTA, Lício Romero. A importância da figura de Tupac Katari para os movimentos sociais indígenas bolivianos na segunda metade do século XX. XXVI Seminário Nacional de História, 2011. São Paulo. **Anais**. São Paulo: Associação Nacional de História, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300935683_ARQUIVO_ArtigoANPUH_Nacional2011-LicioRomeroCosta.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2012.

CRESPO F., Carlos. Continuidad y ruptura: la “Guerra del Agua” y los nuevos movimientos sociales en Bolivia. **OSAL - Revista del Observatorio Social de América Latina**, ano 1, n. 2, Setembro, Buenos Aires: CLACSO, p. 21-28, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal2/bolivia.pdf>>. Acesso em: 06 de março de 2012.

CUSICANQUI, Silva Rivera. **Oprimidos pero no vencidos: Luchas del campesinado aymara y quechwa de Bolivia, 1900-1980**. Ginebra: UNRISD, 1986.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Apuntes para una historia de las luchas campesinas en Bolivia (1900-1978). In: CASANOVA, Pablo González (org.) **Historia política de los campesinos latinoamericanos**. México: Siglo XXI Editores, 1985. p. 146-195.

GUTIERREZ, Carlos Jahnsen; LORINI, Irma. A trilha de Morales: Novo movimento social indígena na Bolívia. **Novos Estudos**, n. 77, março, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000100004>>. Acesso em: 27 de março de 2012.

HURTADO, Javier. **El Katarismo**. La Paz: Hisbol, 1986.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

OSAL. Documentos del Conflicto. Bolivia. **OSAL - Revista del Observatorio Social de América Latina**, ano 1, n. 2, Setembro, Buenos Aires: CLACSO, p. 49-60, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal2/>>. Acesso em: 06 de março de 2012.

REINAGA, Fausto. **La revolución india**. 2 ed. La Paz: Ediciones Fundación Amaútica Fausto Reinaga, 2001.

REINAGA, Fausto. **Tesis india**. La Paz: PIB, 1971.

STEFANONI, Pablo. **El nacionalismo indígena como identidad política: La emergencia del MAS-IPSP (1995-2003)**. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas. Buenos Aires: CLACSO, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/stefanoni.pdf>>. Acesso em: 06 de março de 2012.

TAPIA, Luis. La crisis política de Abril. **OSAL - Revista del Observatorio Social de América Latina**, ano 1, n. 2, Setembro, Buenos Aires: CLACSO, p. 3-6, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal2/bolivia.pdf>>. Acesso em: 06 de março de 2012.

VARGAS, Humberto; KRUSE, Thomas. Las victorias de Abril: una historia que aún no concluye. **OSAL - Revista del Observatorio Social de América Latina**, ano 1, n. 2, Setembro, Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 3-6. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal2/bolivia.pdf>>. Acesso em: 06 de março de 2012.

Recebido em: 07/08/2012

Aprovado em: 12/10/2012